

Uma tragédia cultural: O casamento infantil e as suas consequências em crianças do sexo feminino no Irão

Unidade curricular: Geografia dos Grandes Espaços Mundiais

Docente: Maria Helena Pina

Ano letivo: 2019/2020

Relatório realizado pelo Grupo 1:

Bárbara Sofia Ribeiro Lopes

Joana Inês Lopes Carvalho

Filipe Rafael Oliveira de Sousa

1. Introdução

No século XXI, a violação dos direitos das crianças continua a ser uma realidade. Evidência disso é o casamento infantil, uma prática comum nos países em vias de desenvolvimento e que afeta mais as raparigas. Este comportamento torna-se problemático visto que as jovens sujeitas a estas práticas não estão física e psicologicamente prontas para tal e são muitas vezes forçadas a abandonar os estudos para constituir família, estabelecendo-se assim um ciclo vicioso difícil de quebrar.

Na última década, 25 milhões de casamentos infantis foram impedidos em todo o mundo, sobretudo no sul asiático, porém “o problema persiste com mais de 150 milhões de raparigas que provavelmente casarão até 2030” (UNICEF, 2018). De modo a evitar este flagelo, é necessária uma ação imediata de modo a cumprir com o objetivo estabelecido para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

A escolha do estudo de caso do Irão deve-se não só ao facto de ser um país em que por motivos culturais esta temática é ainda uma realidade bem presente, mas também por ser um território que se encontra entre o norte de África e o sul asiático, áreas de principal foco na prática de casamentos precoces.

Neste contexto, este trabalho irá focar-se no casamento infantil no Irão, país do Médio Oriente onde a promiscuidade entre religião e Estado é evidente. Um exemplo disso é o facto de a lei iraniana em vigor permitir o casamento a partir dos 13 anos, no caso das raparigas, e dos 15 anos para os rapazes, havendo ainda hipótese de as raparigas poderem casar a partir dos 9 anos. Cabe a um juiz a decisão de as considerar maduras o suficiente, ou não, para tal.

2. Metodologia

O presente trabalho sobre a temática do Casamento Infantil no Irão desenvolveu-se, numa fase inicial, com base a uma revisão bibliográfica para construir uma narrativa que permitisse identificar as especificidades de cada província bem como as causas e consequências deste tipo de matrimónio. O resultado dessa pesquisa bibliográfica encontra-se nas fichas de leitura, na secção dos Anexos. Posteriormente, e acabadas as fichas de leitura, recorreu-se a relatos e notícias que nos ajudassem a complementar o nosso trabalho na perspetiva das raparigas e das famílias que passam por esta prática.

Deste modo, pretende-se demonstrar a brutalidade do casamento infantil no Irão, analisando os fatores que possibilitam a sua ocorrência, as suas consequências para as raparigas e indicando possíveis soluções para diminuir, ou até proibir esta prática.

3. Enquadramento geográfico, político e religioso do Irão

O Irão é um país do sudoeste asiático e faz fronteira com a Arménia, Azerbaijão, Turquemenistão, Afeganistão, Paquistão, Iraque e Turquia, o que justifica a diversidade étnica do

povo iraniano. O principal grupo étnico são os persas, mas outras etnias como azeris, curdos, lor, turcomenos e balochi fazem parte da cultura iraniana. Subdivide-se em 31 províncias sendo a sua capital e mais importante cidade no Teerão.

Com a revolução islâmica, o sistema monárquico liderado pelo Xá Reza Pahlavi deu lugar ao sistema político atual do Irão que tem por base a constituição de 1979 e que fez do país uma república teocrática islâmica. Após a revolução, a principal figura religiosa é também chefe do governo não havendo, assim, um estado laico. Na prática, todas as relações políticas, económicas, sociais e culturais vigentes no país devem estar de acordo com o Islão. Inclusivamente, com esta revolução “o casamento precoce começou a ser incentivado para ajudar no crescimento da população e como uma barreira aos vícios sexuais dos homens e mulheres” (Aghajanian, 1991, p.21), sendo que uma lei, aprovada em 1925 havia estabelecido a idade do casamento de 18 anos para os rapazes e de 15 anos para as raparigas, mas agora qualquer idade parece possível. Portanto, esta revolução ocorrida em 1979 é considerada um retrocesso e foi esse o motivo que nos levou a escolher este país.

De acordo com a Associação dos Direitos da Criança do Irão, o número de meninas casadas no Irão com menos de 15 anos passou de 33 383 em 2006 para 43 459 em 2009, um aumento de 30% em apenas três anos. Contudo, os números podem até ser mais altos devido ao atrasado e ineficaz sistema de registos.

4. Enquadramento temático

“A ECM é uma das questões mais debatidas e amplamente discutidas por estudiosos e ativistas de direitos humanos que trabalharam incansavelmente nas bases e nas ONG para chamar a atenção do mundo para esse pisoteamento crônico e infundado dos direitos humanos e da dignidade das crianças vulneráveis no Irã” (Ahmady, 2016, p.77). A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, por exemplo, consagra o direito à proteção contra o casamento infantil no artigo 16, que afirma: “A promessa de casamento e o casamento de crianças não terão efeitos jurídicos e todas as medidas necessárias, incluindo disposições legislativas, serão tomadas com o fim de fixar uma idade mínima para o casamento e de tornar obrigatório o registo do casamento num registo oficial.” Por outro lado, embora o casamento não seja mencionado diretamente na Convenção sobre os Direitos da Criança, o casamento infantil está subjacente a outros direitos como o direito à proteção contra todas as formas de abuso e o direito a ser protegido de práticas tradicionais nocivas.

Desta forma, as Nações Unidas e outras agências internacionais afirmam-se contra este tipo de prática indicando que viola os direitos humanos e os direitos das crianças. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que os indivíduos devem casar livremente, com pleno consentimento e devem estar na maioridade. Vejamos o exemplo do Artigo 16º da ONU: “1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem

restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais. 2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos. 3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948).

Em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, declarou que o casamento infantil é ilegal, porém, o Irão não assinou nem ratificou esta Convenção. Em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança definia crianças como menores de 18 anos, contudo, muitos países que a ratificaram, incluindo o Irão, aprovaram leis que alteram a idade legal do casamento para antes dos 18 anos.

Como se pode ver, este é um tema de relevância internacional existindo várias iniciativas que visam a sua erradicação, porém, esta é uma prática ainda bastante comum em países onde não há igualdade de género confirmando assim que ainda há um longo caminho a percorrer.

5. Casamento infantil

O casamento infantil é definido como a união em que pelo menos um dos cônjuges é menor de idade, ou seja, ainda não atingiu os 18 anos. Tanto rapazes como raparigas são afetados por esta prática, embora seja muito mais considerável o número de meninas casadas com homens adultos. O casamento entre crianças ou entre uma criança e um adulto acontece quase no mundo todo (Bassoli, 2018) com especial incidência em países africanos, do Médio Oriente e da América latina.

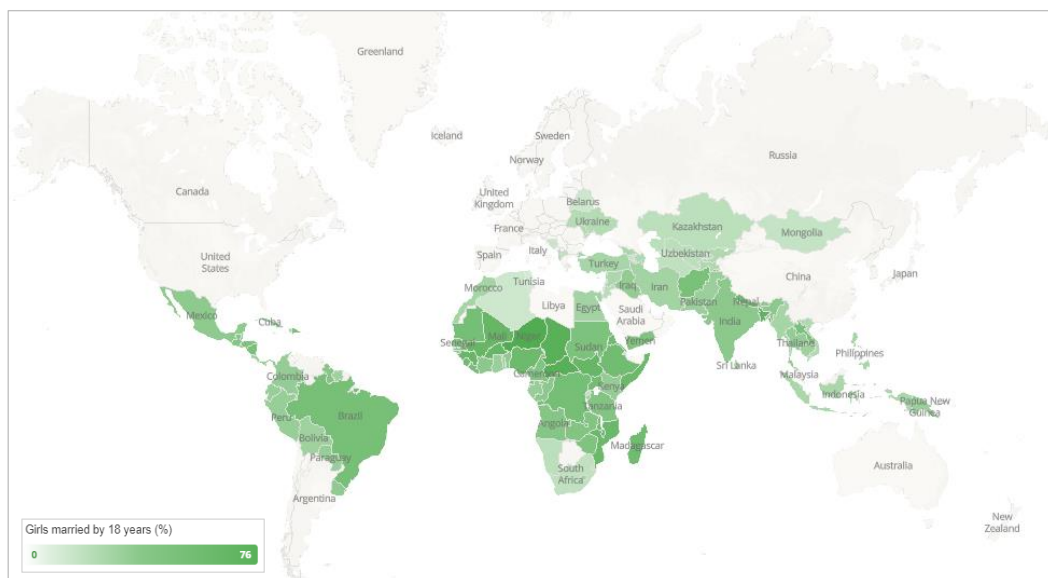


Figura 1 Percentagem de mulheres entre os 20 e 24 anos que se casaram antes dos 18 anos em 2018. Fonte: www.girlsnotbrides.org

Em 2017, 93 países que tinham 18 anos como idade mínima legal para o casamento, permitiram que crianças se casassem legalmente com aprovação dos pais. O que evidencia que este é um problema eminentemente feminino, é o de existirem 54 países onde a idade mínima para as

meninas se casarem é inferior à dos meninos. Nos dias de hoje, o número de homens que se casaram antes dos 18 anos é de 156 milhões, enquanto que o de mulheres é de 720 milhões. Esse número fica ainda mais discrepante quando se considera idades cada vez menores, uma vez que o número de homens que se casaram antes dos 15 anos é de 33 milhões, enquanto que o de mulheres é de 250 milhões (Bassoli, 2018).

O casamento infantil é fundado na desigualdade de género e é sobretudo nas sociedades machistas, onde os papéis dos homens e mulheres são diferentes, que acontecem estes matrimónios. O homem deve ser o chefe da família e sustentá-la enquanto a mulher deve cuidar da casa, filhos e marido. Assim, um rapaz que não tem um rendimento considerado suficiente não está apto a casar, mas se uma rapariga já souber cuidar da casa e ter filhos, já está apta para casar.

Associado a esta visão, a vulnerabilidade social é uma das principais causas do casamento infantil. Por todo o mundo, verificou-se que o número de crianças que se casam é tanto maior quanto menor forem os rendimentos da família. As famílias pobres aceitam esta prática para gerar riqueza, portanto querem que o dote pago seja o mais elevado possível. Normalmente, os dotes mais altos são oferecidos pelos homens mais velhos o que faz com que quando se casam, os maridos sejam muito mais velhos e, portanto, têm pouco em comum com as raparigas. Assim, a pobreza é uma das primeiras causas do casamento infantil. Contudo, este é um processo gerador do efeito bola de neve: as crianças que se casam geralmente abandonam a escola e, no caso das raparigas, são pressionadas a engravidar logo. Assim, veem a sua rede de contactos reduzida e deixam de ter contacto com adultos aptos para ajudar, pois os seus maridos, geralmente adultos, não as deixam sair de casa ou ter amigos. Com menos escolaridade e impedidas de conhecer outras realidades, fica muito difícil para uma criança sair desta condição, pois não tem a quem recorrer quando precisa, nem condições financeiras e psicológicas para abandonar o casamento abusivo.

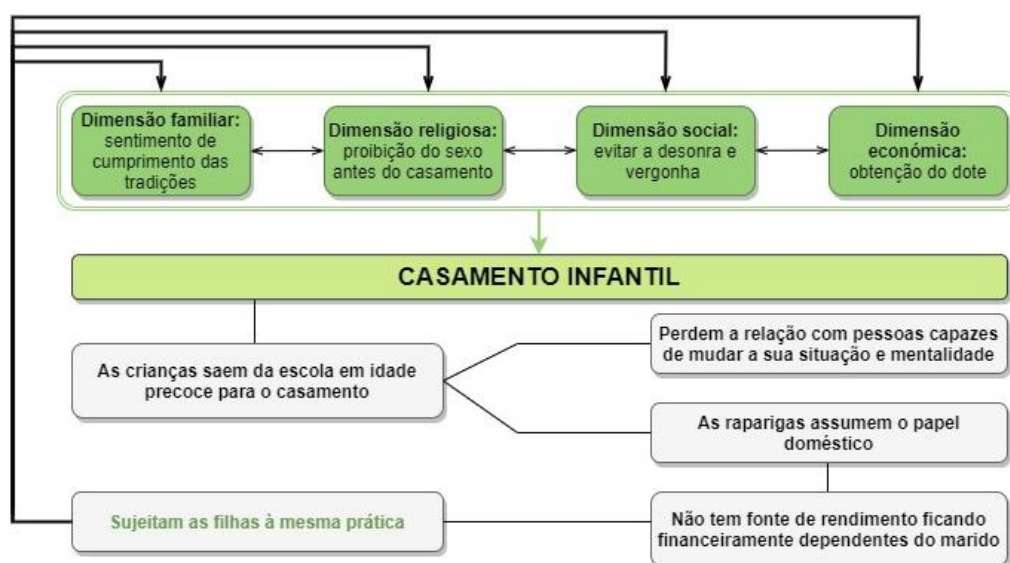


Figura 2 Esquema ilustrativo do ciclo vicioso envolvido no casamento infantil e das dinâmicas associadas. Fonte:

Autoria própria

Existe também uma questão cultural e religiosa que influencia a mentalidade dos homens. Por um lado, preferem casar-se com raparigas mais jovens porque as consideram mais atraentes e mais fáceis de controlar (Bassoli, 2018), por outro lado, o islamismo não consente o sexo antes do casamento, forçando os pais a casar prematuramente as suas filhas para impedir a desonra familiar.

Como já referido, uma vez casadas, as raparigas são levadas para a casa do marido onde assumem o papel de esposa, empregada doméstica e, eventualmente, mãe. Muitas vezes separam-se da sua família uma vez que vão para uma vila ou cidade diferente. Por sua vez, a poligamia também pode ser aceite em algumas dessas regiões e como resultado, as meninas sentem-se rejeitadas, isoladas e deprimidas. Algumas percebem que a sobrevivência implica aceitar a nova vida e provar a sua fertilidade, perdendo a infância, oportunidade de brincar, desenvolver amizades e de serem educadas (Nour, 2009). Por outro lado, existem casos de suicídio porque as raparigas não aguentam a pressão exercida sobre elas.

6. A realidade do casamento infantil no Irão

Mais de meio milhão de crianças, algumas com apenas oito anos, casam-se todos os anos no Irão. A maioria dessas crianças são meninas que se casam com homens muito mais velhos, às vezes homens que já são casados e têm filhos da idade delas. Por sua vez, 40 000 dos casamentos infantis registados são de crianças entre os 11 e 14 anos e mais de 300 deles são de meninas com menos de nove anos (BBC Monitoring, 2019). Ao analisar os dados oficiais, percebe-se que em 5.5% dos casamentos iranianos as noivas têm menos de 15 anos e 17% das meninas são casadas antes dos 18 anos (Alijani, 2019). Porém, “os casamentos precoces não são registados, é difícil determinar quantitativamente a sua prevalência. Esse problema é ainda mais agravado pelo fato de alguns nascimentos nas áreas rurais do Irão também não serem registados” (Ahmady, 2016, p.30). É então possível que haja mais casamentos infantis no Irão do que as pessoas pensam. “Após a revolução, a idade mínima de 18 anos e 20 para mulheres e homens, respetivamente, deixou de ter efeito. Desde aí que não existe uma política que determine a idade mínima para o casamento. De acordo com a Sharia, as raparigas podem casar aos 9 anos e os rapazes aos 14, apesar de isto não ter sido legalizado” (Aghajanian, 1991, p.22). Contudo, se as famílias quiserem casar as suas filhas antes da idade proposta pela lei islâmica, há a possibilidade dos chamados tribunais de “Sharia” determinarem se a rapariga é madura o suficiente para se poder casar. Muitos pais convencem ou subornam os juizes para permitirem o casamento das suas filhas, ou não esperam por uma decisão judicial e casam-nas na mesma, adiando o registo do casamento para quando as raparigas tiverem a idade permitida para casarem.

Os que são a favor do casamento infantil argumentam que algumas crianças podem estar física e mentalmente preparadas para o casamento. Hassan Norouzi, MP e porta-voz do Comité Judiciário de Majlis, disse que as meninas que se casam em tenra idade têm menos probabilidade

de se divorciar e ter filhos mais saudáveis. Alguns defensores do casamento infantil argumentam que até 22% das pessoas que se casaram quando tinham menos de 18 anos estão felizes com o casamento. Portanto, a lei não deve impedir que menores de 18 anos busquem sua felicidade (BBC Monitoring, 2019).

Isto revela a incompetência do sistema de registos do Irão e a lacuna legislativa do país que teima em não ser resolvida, revelando a promiscuidade entre a religião (sob a forma da Sharia) e a classe política, como já foi referido anteriormente. Apesar dos esforços de alguns grupos de parlamentares e ativistas para proibir o casamento infantil, houve poucos progressos.

7. A dificuldade de erradicar este problema do Irão

Existem vários motivos que levam à prática do casamento infantil no Irão, mas existem três principais - a religião, a pobreza e a cultura- e uma que advém destas: a pressão familiar. Estas dimensões surgem interligadas e fazem deste problema uma questão difícil de abordar em meios habituados a esta prática.

No islamismo é permitido o casamento infantil e como o Irão é um país islâmico, a lei iraniana, baseada na “Sharia” afirma que os casamentos podem ser realizados numa idade inferior aos 13 anos, desde que as jovens tenham o consentimento dos pais e a permissão dos juizes. Esta religião apoia muito o casamento e não importa se ele é precoce ou não. Tal como uma jovem afirmou: “A minha mãe e a minha avó aconselharam-me a casar o mais rápido possível, porque o casamento é uma recomendação do nosso profeta” (Montazeri et al., 2016, p. 4.). Isto fez com que o casamento infantil fosse socialmente aceite neste país. A isto acresce a rigidez das questões relacionadas com a honra das famílias e com a sexualidade, concretamente com a virgindade feminina, uma das causas para as famílias forçarem o casamento infantil. Ou seja, como o contacto entre os dois sexos ante do casamento é proibido, as famílias apressam o casamento para não correrem o risco das suas filhas sujarem a honra familiar. Existem alguns casos em que a família do noivo pode exigir um atestado médico que prove a pureza da noiva, sendo obtido nos centros médicos do governo.

“No Irão, a pobreza é uma das principais razões que leva as crianças a saírem da casa dos seus pais, já que os pais começam a procurar formas aceitáveis para as normas da sociedade para reduzirem o fardo de terem muitas crianças para pouco espaço e pouca comida. O modo mais aceitável para se livrarem desse fardo, é casar as filhas o quanto antes” (Momeni, 1972, p.548). Por outro lado, ao aceitarem que a sua filha se case mais cedo, podem usufruir do dote (que varia entre troca de casas ou bens essenciais) já que o preço da noiva “irá depender de quatro fatores: da idade da rapariga, da virgindade, da sua aparência física e da sua classe social” (Momeni, 1972, p.548). Mas o mais triste é que existem famílias que sujeitam as suas filhas ao casamento infantil na esperança de lhe estarem a proporcionar uma vida economicamente mais estável.

Por outro lado, o casamento precoce subsiste no Irão devido a sua aceitabilidade social, ou seja, apesar da população viver na pele as suas consequências e achar que este deve ser abolido, para eles, estes efeitos são um preço pequeno a pagar pela adesão às normas tradicionais da sociedade. Por exemplo, há casos de famílias que obrigam as suas filhas a casarem com homens da mesma tribo para ajudar a fortalecer a relação de amizade das tribos ou casam as raparigas para resolverem disputas.

Existem mais fatores que incentivam esta prática, tais como: o desejo dos pais de controlarem a sexualidade das suas filhas, a crença de que as mulheres são inferiores aos homens, o facto das raparigas verem, ingenuamente, este tipo de “casamento como uma forma de progresso social. Com o casamento, a menina entra na idade adulta e, comparada a viver como uma 'solteirinha' numa sociedade com regras estritas, obtém mais liberdade em termos de movimento e tomada de decisão” (Asghari, 2019, p. 584). Todavia, quando são adultas e se apercebem da situação em que se encontram, numa posição de inferioridade relativamente aos homens da família, não conseguem fazer prevalecer a sua vontade.

Muitas raparigas aceitam o casamento devido à pressão exercida pelas famílias, dada a falta de informação e maturidade. Tal como uma jovem afirmou “Eu disse aos meus pais que na minha idade eu não conseguia tomar uma decisão sobre o casamento, por isso eu deixo a decisão para vocês porque eu posso cometer algum erro. Se vocês (os pais dela) concordarem com o casamento eu concordo também” (Montazeri et al., 2016, p. 4).

Uma outra questão, não muito abordada, mas que choca bastante é o facto das “infraestruturas enfraquecidas e o aumento da ocorrência de violência e agressão sexual que já estão presentes no casamento infantil, são exacerbadas durante a guerra e os conflitos armados” (Ahmady, 2016, p. 40). Ou seja, as meninas que se encontram no meio de conflitos armados são muitas vezes usadas pelos grupos radicais como o Estado Islâmico como forma de recompensar os militares.

“Nos últimos anos, muitas autoridades governamentais iranianas estavam mais concentradas em aumentar o crescimento populacional e oferecer incentivos para que os jovens se casassem rapidamente e procriassem” (Ahmady, 2016, p. 78), mas apesar disto, todas as províncias têm vindo a diminuir o número de casamentos infantis devido ao adiamento da idade do casamento. Há, no entanto, uma diferença entre as regiões rurais e urbanas: embora esta prática seja rara e até um tabu nas grandes cidades, nas áreas rurais o casamento infantil é ainda uma realidade muito presente entre as famílias. Por este motivo iremos focar nas áreas rurais.

8. Regionalização da problemática no Irão

Em termos espaciais, no Irão o casamento precoce acontece mais frequentemente nas áreas rurais, mais empobrecidas e menos desenvolvidas, onde a cultura e as tradições ainda têm grande influência. Como áreas de principal foco identificamos a província do Sistão-Baluchistão

e a província do Khuzestão. No entanto há relatos de estudos que referem a prevalência de práticas do mesmo género em relação ao casamento precoce, por exemplo, “No Baluchistão, onde a idade do casamento ainda é uma das mais baixas do país, um estudante universitário entrevistado sobre a sua opinião sobre a idade do casamento declarou que “a idade mais adequada para as meninas é de oito ou nove anos, assim que uma rapariga conseguir contar os dedos, está pronta para casar”. As minhas entrevistas anteriores com consultoras de casamento na província de Ardebil também confirmaram a existência de atitudes semelhantes em muitas aldeias da região. Observações em primeira mão de províncias como Khousestan, Kurdestan e Khorasan confirmam repetidas vezes as mesmas atitudes e comportamentos.” (Tremayne, 2006, pp. 73 e 74).



Figura 3 Província de Khuzestão (A) e Sistão-Baluchistão (B). Fonte: Afary, 2020

8.1 Sistão-Baluchistão

Esta província do sudeste iraniano apresenta um clima desértico e é um dos distritos mais pobres e mais carentes do país. O modo de vida comum nesta área centra-se no tribalismo de parentesco, e esse estilo de vida é o que molda costumes sobre o casamento e a idade conjugal aceitável. Neste sistema tribal o consentimento não faz parte e há relatos de crianças de 7 anos que são dadas em casamento pelos próprios pais. É a província que mais casos apresenta de casamentos de meninas com menos de 10 anos registando a média de idades de casamento mais baixa do país. “Conforme os resultados de estudos iranianos, mais de 40% das raparigas em Sistan

e Baluchestan, foram forçadas a casarem antes dos 18 anos. Também se soube que 16% das raparigas casadas tinham entre 15 a 19 anos.” (Matlabi *et al*, 2013, p.228). Outro dado alarmante é o elevado número de partos de meninas com menos de 15 anos (462 casos em 2015).

Nesta província a pobreza coexiste com as características culturais, crenças religiosas, normas aceites e popularidade do casamento infantil. Dentro desta província, há, no entanto, uma desigualdade territorial: a idade do casamento é maior nas partes do norte da província, como o Sistão, que é habitado pela maioria dos muçulmanos xiitas e nas partes mais a sul da província que fazem fronteira com o Paquistão, a idade do casamento é menor.

“A idade adequada para o casamento de meninas é de 13 anos e de meninos a partir de 15 anos. Duas de minhas irmãs e sobrinha se casaram aos 13 anos de idade e menos e agora estão muito satisfeitas com suas vidas. É provável que o casamento em idades posteriores termine em divórcio. Não há problema em uma menina de 13 anos se casar se for qualificada. Se ela cresceu em tamanho, o casamento é melhor e permitido, mas ela precisa ser religiosa e fiel.”

Testemunho de Molavi Abdulsamad Jezinki, clérigo no Sistão e Baluchistão. Fonte: An Echo of Silence- a comprehensive research study on early child marriage in Iran

8.2 Khuzestão

Localizada no sudoeste do Irão, esta província faz fronteira com o Iraque a partir de oeste e foi uma das principais regiões de guerra e conflito durante a guerra do Iraque na primeira década da revolução islâmica. A maioria dos residentes desta província têm crenças islâmicas xiitas e é a 2ª maior província em termos de casamento de raparigas com menos de 10 anos.

Acredita-se que o clima quente nessa região seja o motivo da puberdade precoce entre meninas e meninos, o que significa que as crianças, apesar da pouca idade biológica, podem ser consideradas adultas e prontas para o casamento muito cedo. Por outro lado, o mau tempo e as altas temperaturas durante o dia fazem com que o horário de trabalho das famílias seja limitado ao início da manhã e ao final da noite, quando a temperatura diminui. Portanto, o efeito das temperaturas aumenta a necessidade de mais trabalhadores dentro da família. Assim, as famílias que precisam de mão-de-obra feminina para fazer os trabalhos domésticos ou ajudar no trabalho do campo usam o casamento infantil como forma de solucionar esta procura.

Analisando as consequências que as raparigas sofrem nesta província, além da falta de liberdade de movimento e de expressar a própria opinião, a outra questão proeminente na província é a alarmante taxa de aborto entre as crianças. Segundo as pesquisas de Kameel Ahmady em algumas tribos como Bosaak e Zallaghi, meninas com 11 anos de idade são casadas e espera-se que tenham um filho em breve. Porém, o aborto parecia ser altamente prevalente e correlacionado com casos em que a mãe tem menos de 13 anos.

“O aborto é comum aqui. Todas as meninas que se casam nessa idade enfrentam o mesmo problema. A nossa noiva tem 13 anos e abortou duas vezes. Ela deu à luz 4 vezes quando completou 13 anos. Depois de se casar, todos deveriam ter filhos dentro de 9 meses para as pessoas que os forçavam. É por isso que temos muito o problema do aborto.

Mulher, 32 anos, Província do Khuzestão. Fonte: An Echo of Silence- a comprehensive research study on early child marriage in Iran

9. Consequências registadas no Irão do casamento infantil

“As implicações do casamento infantil vão muito além das meninas aprisionadas brutalmente nessa norma de cultura prejudicial, pois os efeitos do casamento infantil têm ramificações económicas sociais, educacionais e de saúde em geral significativas, que não apenas atrasam o desenvolvimento sustentável global, mas também afetam as gerações vindouras” (Ahmady, 2016, p. 170). Estas “ramificações”, muitas vezes ignoradas em estudos, são as que mais justificam e favorecem uma tomada de atitude por parte das instituições competentes e é sobre elas que nos iremos debruçar agora.

O casamento infantil pode trazer vários problemas para as jovens que se casam tão cedo. Para estas meninas, o casamento significa o fim da sua educação, a gravidez no início da adolescência e, muitas vezes, o divórcio antes dos 18 anos. Já tivemos oportunidade de explorar as consequências do abandono escolar precoce, portanto o foco são as consequências físicas e psicológicas. No caso de Mahin, “(...) uma mulher de vinte anos, que completou o ensino médio aos dezoito, casou-se imediatamente depois. O seu pai teria permitido o seu ensino superior se ela fosse admitida na Universidade de Yaz, mas ela não entrou e, portanto, teve de desistir da sua educação. (...) Mahin teve um bebé, mas o seu estilo de vida é idêntico ao da sua mãe. Ela passa os dias cuidando da sua família, participando em reuniões religiosas e a ler o Alcorão. Ela permanece totalmente dependente financeiramente do seu marido abastado, que ficaria malvisto se sua esposa tivesse que trabalhar. Ela de forma alguma poderia ser considerada “capacitada” em comparação aos seus amigos e parentes instruídos, mas não são casados.” (Tremayne, 2006, p.86).

A lista de problemas é extensa e começa com os problemas reprodutivos. As meninas grávidas correm riscos muito maiores que as mulheres adultas na mesma condição, estão mais sujeitas a parto prematuro, anemia e aborto. Por outro lado, recebem menos cuidados médicos durante a gravidez. Muitas nem procuram ajuda porque sofrem de discriminação, abuso verbal e julgamento moral por parte dos prestadores de serviços (Bassoli, 2018). Após estas jovens terem o primeiro filho os dados demonstram que, mesmo após a sobrevivência no primeiro ano, as crianças menores de 5 anos apresentaram uma taxa de mortalidade de 28%. Esta mortalidade deve-se à má nutrição das mães, imaturidade física e emocional, falta de acesso a serviços sociais

e reprodutivos e maior risco de doenças infecciosas, tais como o HIV e gonorreia (Girls Not Brides, 2018).

Além disso, estas jovens sofrem problemas psicológicos, como por exemplo a depressão, devido ao isolamento social, à infidelidade e à violência doméstica que sofrem por parte dos maridos. É neste contexto que surge, muitas vezes, o suicídio ou a automutilação. A correlação entre os dois acontecimentos é provada pois as taxas de suicídio e automutilação são mais altas nas regiões do Irão que possuem uma taxa elevada de casamentos infantis (Girls Not Brides, 2018).

Como as meninas casadas têm pouco poder em relação aos maridos, elas são extremamente vulneráveis ao abuso sexual. Existem casos de meninas que, por estarem sujeitas a práticas sexuais com adultos, não aguentam tamanha brutalidade e morrem.

“Eu tinha 8 anos quando me forçaram a casar. Depois de dois meses, chegou a minha primeira menstruação na casa do meu marido. Na cerimónia de casamento, eu estava com medo e não sabia nada. Quando o meu marido se aproximou, eu afastei-me até ele perder a paciência e disse à mãe: ela não me deixa fazer isto, o que devo fazer? A mãe dele veio e fechou a minha boca, colocou as pernas entre as minhas e abriu-as e disse ao filho para fazer o que quisesse. Naquela noite, fui transferida para o hospital. Desde aquela noite eu os amaldiçoei pelo que eles me fizeram. Eu tenho desejado a morte desde então. Desejo que o imã Hussein venha e me leve com ele.”

Mulher, 40 anos, Província do Khuzestão. Fonte: An Echo of Silence- a comprehensive research study on early child marriage in Iran

10. Soluções para combater o Casamento Infantil no Irão

Quando expostas a este tipo de matrimónio, as meninas abandonam a sua vida para assumir as tarefas domésticas e é aqui que pode residir o principal motivo para os líderes iranianos quererem mudar esta tradição: as raparigas, pouco formadas, não têm qualificações para exercerem profissões que geram maior riqueza. Como o Irão é um país pobre, este efeito negativo indireto para a comunidade e para as gerações futuras pode estar na base da mudança e possivelmente, ainda não foi explorado o suficiente. É nesta mudança de paradigma que as nossas propostas de solução se alinham.

Esta é, na nossa opinião, a forma de quebrar este ciclo cultural. Para isso, as ONG devem fazer ver aos governantes e líderes religiosos que a vantagem em apostar na educação das raparigas reside no facto de estas poderem vir a contribuir na geração de riqueza ao exercerem profissões mais qualificadas. Do lado feminino, o feito seria torná-las mais informadas, donas do seu próprio destino e a oportunidade de integrarem no mercado de trabalho, ganhando estatuto social que lhes permita reivindicar os seus direitos e tornarem-se independentes. “A evidência sugere que programas com foco em capacitar meninas são eficazes na prevenção do casamento de crianças (...). Os resultados do estudo do International Center for Research on Women

(OCRW) revelam cinco principais estratégias para atrasar e prevenir o casamento infantil: 1. Capacitar as meninas com informação, habilidades e redes de suporte; 2. Educar e mobilizar os pais e os membros das comunidades; 3. Aprimorar a acessibilidade e a qualidade da educação para as meninas; 4. Oferecendo apoio económico e incentivos para as meninas e as suas famílias; 5. Promovendo um meio jurídico e um quadro político.” (Khazaei *et al*, 2016). Assim, esta herança cultural a que muitas famílias sujeitam as suas filhas, por falta de conhecimento e por terem vivido exatamente a mesma coisa quando eram jovens, é quebrada.

Uma das soluções muito apontada é tomar medidas que facilitem o acesso não só à educação, de modo a incentivar a alfabetização, sobretudo da população mais pobre, mas também aos meios de comunicação. Todavia, o conteúdo lecionado nas escolas e televisivo é controlado pelo Estado. Isto dá força à nossa tese: a mudança passa pela consciencialização da classe política sobre os benefícios de passar a mensagem sobre a prevenção do casamento infantil.

Deve se ter em consideração que a lei é um instrumento fraco de mudança e como tal não devem ser criadas leis isoladamente. Então, depois da classe política estar ciente dos benefícios que esta mudança poderia trazer, o passo seguinte seria a mudança a nível da sociedade pois “se partes significativas da sociedade não aceitam a lei ou acham que ela contradiz os seus valores fundamentais, há uma grande chance de que a lei seja discutida ou resulte em motins” (Asghari, 2019, p. 580).

Ao nível de mudança da mentalidade da sociedade civil, entram em ação os meios de comunicação, os profissionais de saúde e de educação. Tendo em conta que a prevalência do casamento infantil segue um padrão de distribuição distinto, sendo as províncias rurais as mais afetadas, é necessário que “os meios pelos quais as mensagens preventivas sobre casamento infantil são transmitidas às pessoas sejam diferentes, dependendo da região. Uma política holística, abrangente e coordenada deve levar em consideração as especificidades de cada cultura respetiva, pois uma abordagem única pode simplesmente não ser viável” (Ahmady, 2016, p. 177). Desta forma, as políticas devem ter em consideração as diferenças e variações de cada província ao aprovar um programa de ação principal para a erradicação deste problema.

Por outro lado, para tentar travar esta tragédia que afeta as crianças do sexo feminino, em 2018 surgiu um movimento apresentado pela Fação das Mulheres de Majlis, para tentarem aumentar a idade do casamento para 16 anos para as raparigas e 18 anos para os rapazes. O movimento propunha a proibição do casamento para jovens com menos de 13 anos. Além disso, propôs que o casamento entre 13 e 16 anos dependesse da permissão do pai e da aprovação do tribunal. Estas ideologias foram apresentadas ao Parlamento, mas não foram aprovadas por “contradizer a jurisdição islâmica, as leis atuais e as normas sociais” (BBC Monitoring, 2019). Estes movimentos devem de continuar no Irão para tentar abrir a mente aos cidadãos e para conseguirem dar um passo em frente para que o casamento infantil seja proibido ou que aumentem a idade mínima para os jovens casarem.

Contudo, o Irão comprometeu-se a eliminar o casamento infantil, precoce e forçado até 2030 e em examinar as recomendações para abolir as leis que encorajam o casamento de meninas com menos de 9 anos e emendar o Código Civil para aumentar a idade mínima para o casamento aos 18 anos (Girls Not Brides, 2018).

11. Propostas de utilização de fundos internacionais para combate ao problema

É neste seguimento que apresentamos a nossa candidatura a verbas do Fundo Monetário Internacional, com propostas de medidas que visam ajudar a terminar com a prática do casamento infantil no Irão a longo prazo.

Como primeira medida, decidimos apostar no intercâmbio de estudantes entre as áreas rurais e as áreas urbanas, de modo a favorecer a difusão de valores, com o objetivo de despertar as mentalidades dos mais jovens para que tenham uma opinião própria relativamente ao casamento em idade precoce.

Reconhecemos que as creches e os serviços de apoio às mães estudantes são fundamentais, e que, portanto, devem ser grátis para as mesmas de modo a facilitar o seu acesso. Além disso, o ensino superior deve também tornar-se gratuito para as jovens que tenham sido mães, de modo a dar oportunidades a estas mulheres, já que para muitas o facto de terem filhos se torna um entrave à continuidade da sua educação.

Uma outra medida complementar seria atribuir uma espécie de abono familiar para as famílias mais carenciadas, por cada filho e até aos 18 anos do mesmo, na condição de proporcionarem aos mais jovens o acesso à educação, ou seja, este abono só seria atribuído caso as crianças ou adolescentes estivessem matriculadas e a frequentar as escolas.

Ao longo da nossa investigação foi possível verificar que muitos dos casamentos que envolvem crianças acontecem bem antes da idade mínima estipulada na lei iraniana, pelo que se deveria de tomar uma medida legislativa que sirva para punir as partes envolvidas e responsáveis por este tipo de casamentos, como os pais e o noivo caso ele fosse maior de idade. Associado a isto, seria fundamental apostar verbas na capacitação do sistema de registos de nascimentos e casamentos.

Como última providência proposta, decidimos apoiar a construção de casas sociais e a criação de instituições de apoio às vítimas de violência doméstica, ou outro tipo de abusos por parte das famílias ou dos cônjuges, que consigam detetar e que sejam capazes de isolar estes casos bem como de fornecer a educação necessária às vítimas para que não sujeitem a próxima geração ao mesmo costume.

12. Conclusão

Em conclusão, o Irão ainda é um país muito pouco desenvolvido a nível social. A desigualdade de género, a repugnância para com as mulheres e a submissão delas perante os maridos, continua a ser muito relevante em pleno século XXI, facto que viola os direitos humanos e os direitos da mulher.

Por outro lado, o casamento infantil continua a ser ainda muito praticado, o que viola os direitos das crianças. Ao viverem num país islâmico onde o casamento é muito valioso e influenciado por motivos religiosos e culturais, muitas raparigas foram obrigadas a aceitar novas responsabilidades pelas quais não estavam preparadas e anos mais tarde, se arrependem das suas decisões. Apesar de a maioria das raparigas pretender adiar o matrimónio até à conclusão da educação, alguns fatores como a estrutura familiar, cultura e misoginia persuadiram a tomada de decisão sobre a aceitação do casamento.

Por fim, os fatores que contribuem para o casamento antes dos 18 anos podem ser resumidos pela pobreza, cultura, ignorância das populações e falta de liberdade das raparigas. Um dos métodos que poderia diminuir o casamento infantil, é incentivar as raparigas a continuarem os estudos e haver mais apoio para elas. Este país ainda tem muito caminho a percorrer para se tornar mais sociavelmente aceite e para abolir todas estas atrocidades para com as crianças e as mulheres.

13. Bibliografia

- Ahmady, K. (2016). An Echo of Silence: a comprehensive research study on early marriage (ECM) in Iran. Nova Science Pub Inc. 30-75
- Montazeri, S. *et al* (1972). Determinants of Early Marriage from Married Girl's Perspectives in Iranian Setting: A Qualitative Study. Journal of Environmental and Public Health. Hindawi Publishing Corporation. 1-8
- Momeni, A, D. (1972). The Difficulties of Changing the Age at Marriage in Iran. National Council on Family Relations. Journal of Marriage and Family. 545-551
- Aghajanian, A. (1991). Women's roles and recent marriage trends in Iran. Canadian Studies in Population. Fayetteville State University. 17-28
- Asghri, S. (2019). Early Marriage in Iran: A Pragmatic Approach. Journal of Human Rights Practice. Oxford University Press. 569-588
- Tremayne, S. (2006). Modernity and Early Marriage in Iran: A View from Within. Journal of Middle East Women's Studies. Duke University Press. 65-94
- Khazaei, S. *et al* (2016). A Look at the Phenomenon of Child Marriage in Iran and the World. Int J Pediatr. 3499-3501

- Matlabi, H. (2013). Factors responsible for early and forced marriage in Iran. *Science Journal of Public Health*. 227-229
- Afary, J. *et al* (2020). Iran. *Encyclopedia Britannica*.
- BBC Monitoring. (2019). Child brides in Iran: tradition, poverty and resistin change. Retirado de: <https://monitoring.bbc.co.uk/product/c200rxfl>
- Girls Not Brides. (2016). Child and Adolescent Marriage in Brazil: Executive Summary. Retirado de: <https://www.girlsnotbrides.org/resource-centre/child-adolescent-marriage-brazil-executive-summary/>
- The Observers. (2019). Rare vídeo of underage marriage in Iran: the “bride” is aged 11. Retirado de: <https://observers.france24.com/en/20190906-video-11-year-old-bride-iran>
- UNICEF. (2019). Child Marriage. Retirado de: <https://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/>
- Bassoli, M. (2018). O Casamento Infantil. QGFeminista.
- Nour. M. N. (2009). Child Marriage: A Silent Health and Human Rights Issue. *Rev Obstet Gynecol*. Winter; 2(1): 51–56
- Ministério Público Portugal. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Procuradora Geral da República. Gabinete de Documentação e Direito Comparado.
- Resurgent Dictatorship. The Global Assault on Democracy. Retirado de: <https://www.resurgentdictatorship.org/the-big-five-countries/iran/>
- United Nations. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Treaty Colletion. Retirado de: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-8&chapter=4&clang=_en
- UNICEF Portugal. 25 milhões de casamentos infantis impedidos na última década devido a rápidos progressos. Retirado de: <https://www.unicef.pt/actualidade/noticias/25-milhoes-de-casamentos-infantis-impedidos-na-ultima-decada-devido-a-rapidos-progressos/>
- United Nations. Convention on the Rights of the Child. Treaty Colletion. Retirado de: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-11&chapter=4&clang=_en

14. Anexos

Ficha de Leitura (nº1)

Joana Inês Lopes Carvalho (grupo 1)

Indicações bibliográficas:

- **Título:** An Echo of Silence: a comprehensive research study on early marriage (ECM) in Iran. Capítulo 1: ECM, definitions and facts; Capítulo 2: Law, Religious, and sociological factors
- **Autor:** Kameel Ahmady
- **Ano de publicação:** 2016
- **Editora:** Nova Science Pub Inc
- **Páginas:** 30-75

Resumo:

Esta obra aborda a problemática do Casamento Infantil no Irão, analisando 7 províncias (Razavi Khorasan, East Azerbaijan, Khuzestan, Sistan and Baluchestan, West Azerbaijan, Hormozgan and Isfahan) usando questionários que relacionam o histórico pessoal, dimensão familiar, crenças religiosas, educação, conhecimento sobre reprodução, normas e costumes de casamento, registo, atitudes de género em decisões familiares e pessoais e experiência de violência.

O autor, ao longo do cap. 1, descreve o fenómeno do Casamento Infantil socorrendo-se da definição do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) que afirma que “qualquer casamento realizado abaixo da idade de 18 anos, antes que a menina seja física e psicologicamente pronta para lidar com as responsabilidades do casamento e gravidez. ” é considerado Casamento Infantil. Neste capítulo é também mostrado que este fenómeno é uma violação dos direitos humanos, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

De seguida são elencados os fatores culturais, económicos e sociais que contribuem para a continuação desta prática, bem como a sua relação com outros hábitos agressores dos direitos humanos (p.e. a mutilação genital feminina, a poligamia, o pagamento de quantias monetárias ou bens em troca de raparigas para o casamento, o casamento forçado ou arranjado). Estas práticas geralmente não surgem isoladas e as meninas estão expostas a vários destes fenómenos.

A partir da página 30 o foco é o Irão. Desde logo fica patente a ideia de que o país tem grandes problemas no registo de nascimentos (tornando difícil determinar a idade das crianças aquando o casamento) e de matrimónios, o que faz com que seja difícil determinar a verdadeira prevalência do casamento infantil. Apesar desta dificuldade, a tendência revela que os jovens tendem a adiar o casamento por seguirem um estilo de vida mais moderno, o que se traduz na

tendência de diminuição do casamento infantil; por outro lado, existem jovens que são alvos ou vítimas involuntárias da prática de MEC não tendo poder de decisão sobre a sua própria vida.

A par com o declínio no número de casamentos infantis, surge o aumento do número de divórcios. Em resposta, o governo iraniano decretou uma que lei proíbe o casamento forçado, que na prática significa que todos os casamentos no país são, teoricamente, consensuais. Em situação de divórcio (e viuvez, uma vez que as raparigas casam com homens muito mais velhos e tornando-se viúvas muito cedo), estas raparigas estão muito sujeitas à pobreza, uma vez que abandonaram a escola cedo, mas também ao abandono familiar. Nos raros casos em que ficam com a guarda dos filhos sujeitam, involuntariamente, os seus filhos às mesmas condições em que vivem.

Em termos estatísticos oficiais, em 2013, os dados disponíveis mostram que em áreas rurais a taxa de Casamento Infantil é de 19,6% e de 13,7% nas áreas urbanas, atingindo o valor máximo (40%) na província do Sistão e Baluchistão. Os censos de 2015 apontam 254 490 meninas casadas antes dos 18 anos (pág. 31).

A partir do cap. 2 (pág. 37) o autor reflete sobre o que leva à prevalência desta prática no Irão e a dificuldade de a eliminar. A primeira razão é de ordem económica, uma vez que muitas famílias veem no casamento uma forma de obter lucro, pois a família do noivo paga pela menina. Por outro lado, a família do noivo vê nela mais uma pessoa para ajudar nas tarefas domésticas ou no trabalho do campo, no caso das áreas rurais.

O autor aponta a rigidez das leis islâmicas iranianas relacionadas com a honra das famílias e com a sexualidade, concretamente com a virgindade feminina, uma das causas para as famílias forçarem o casamento infantil. Ou seja, como o contacto entre os dois sexos ante do casamento é proibido, as famílias apressam o casamento para não correrem o risco das suas filhas sujarem a honra familiar. Existem alguns casos em que a família do noivo pode exigir um atestado médico que prove a pureza da noiva, sendo obtido nos centros médicos do governo. A sharia indica também que se atingindo a puberdade, já se é suficientemente maduro para o casamento. Logo, a perpetuação deste paradigma, nomeadamente nas pessoas do sul e este iraniano, deve-se em grande medida à influência dos líderes religiosos.

Por outro lado, o patriarcado e a crença, que o sexo masculino é o decisor da vida, é outra ideia subjacente ao islamismo. Por exemplo, na sharia, o pai tem o direito de aceitar a proposta de um homem que quer se casar com sua filha, mesmo que ela ainda não tenha atingido a puberdade. É clara a pressão familiar e social para aceitar o casamento sendo muito difícil para a rapariga, nessa posição, recusar.

A instabilidade de guerras e conflitos também favorece o casamento infantil, na medida em que os combatentes de grupos radicais usam meninas para as suas táticas de terror, sejam elas a violação, escravidão sexual ou mesmo a sua doação como presentes para os combatentes. Por outro lado, a propensão ao casamento infantil continua no pós-conflito em campos de refugiados, onde não há preocupação sobre este tema.

No Irão há uma forte aceitação cultural deste tipo de uniões, o que leva as crianças que passam por isto a acreditar que a sua experiência é indiscutível. Também existem casos de casamento forçado ou arranjado onde uma das partes não tem consentimento sobre o assunto, sendo estas meninas pressionadas física, emocional ou psicologicamente. Outra crença enraizada nas famílias iranianas é que o investimento na educação feminina é um desperdício, uma vez que o seu destino é a vida matrimonial e doméstica.

As conjugações de todos estes fatores afetam a saúde mental das meninas. Como abandonam a escola, deixam de ter contacto com pessoas da sua idade e ficam limitadas às tarefas caseiras. É comum estas crianças sofrerem danos psicológicos e físicos devido às repetidas gestações. Se uma mulher ou jovem tenta resistir a um casamento arranjado / forçado, muitas vezes encontra críticas severas e até ordem de matança. Da mesma forma, as mulheres que se recusam ao casamento forçado, exigindo divórcio, enfrentam tipos extremos de obstáculos e isolamento.

Face a este flagelo, os governos iranianos muitas vezes por ignoram o casamento infantil ou dá-lhe pouca atenção, pois a pobreza e os conflitos armados sobrepõem-se a nível de prioridades. Contudo, existem algumas ONG que alertam que a situação do país é muitas vezes ignorada pelos próprios governantes, pois estão imbuídos nas próprias leis religiosas, ignorando tratados sobre a idade mínima do casamento, assinados internacionalmente.

Ficha de Leitura (nº2)

Bárbara Sofia Ribeiro Lopes (grupo 1)

Indicações bibliográficas:

- **Título do artigo:** An Echo of Silence: a comprehensive research study on early marriage (ECM) in Iran. Capítulo 4: Solutions and recommendations
- **Autor:** Kameel Ahmady
- **Ano de publicação:** 2016
- **Editores:** Nova Science Pub Inc
- **Páginas:** 169-190

Resumo:

A consciencialização sobre as consequências do casamento infantil tem atraído a atenção dos líderes e organizações mundiais, veja-se por exemplo a meta 5 dos “17 objetivos para transformar o mundo” da ONU. Assim sendo, e depois de provar que no Irão o casamento infantil é visto com enorme normalidade, no último capítulo, o autor foca-se em algumas recomendações que as autoridades iranianas devem seguir para erradicar o problema.

A necessidade de intervenção fica justificada com o facto de o casamento infantil contribuir para o aumento da pobreza uma vez que as meninas, ao não terem acesso a educação, ficam presas a trabalhos menos qualificados e a tarefas domésticas, não contribuindo para o aumento da riqueza do país. Por outro lado, por terem pouco acesso a informação, sofrem de vários problemas de saúde relacionados com a gravidez, acabando por consumir recursos financeiros na recuperação. Assim, o casamento precoce que é usado como ferramenta para mitigar a pobreza das famílias, torna-se, a nível nacional, o reverso. É necessário, então, informar as famílias que veem este ritual como uma oportunidade para dar às suas filhas uma vida melhor que não estão a atenuar o problema, mas sim a dilata-lo.

Nos casos em que a família não compreende os malefícios desta prática o sistema de punições deve entrar em ação, ou seja, as leis sobre a restrição do casamento infantil devem ser mais severas para impedir possíveis usurpadores e devem ser corrigidas as lacunas no sistema legal iraniano que permitem contornar a lei

Uma das falhas apontadas ao Governo foi o rudimentar sistema de registo de nascimentos e casamentos do país. Isto leva a que não se perceba a real dimensão do problema nem se possa agir de forma concertada para cada uma das províncias. Logo, é necessário que se atualize e se torne obrigatório estes dois tipos de registo. Os dados devem ser analisados por sexo, idade, localização, estatuto social e escolaridade para permitir monitorizar a eficácia de eventuais medidas. Para que haja este estudo é necessário que sejam divulgados dados atualizados e se forneçam fundos para estudos e outros projetos de pesquisa. Com isto pode difundir-se a mensagem para a população e criar proteções legais e não discriminatórias bem como providenciar serviços de educação, proteção e serviços de saúde sexual reprodutiva.

Ainda a nível governamental, devem fazer-se esforços para que a escolaridade obrigatória se alinhe progressivamente com a idade mínima para o casamento e para proporcionar um sistema educacional gratuito e obrigatório, visto que o próprio ato das meninas frequentarem a escola pode reforçar a noção de que elas ainda são crianças em idade escolar.

Por outro lado, o casamento precoce subsiste no Irão devido a sua aceitabilidade social, ou seja, apesar da população viver na pele as suas consequências e achar que este deve ser abolido, para eles, estes efeitos nocivos são um preço pequeno a pagar pela adesão às normas tradicionais da sociedade. Esta normas emanam, geralmente, de estruturas altamente masculinas que devem ser revistas uma vez que exercem controlo sobre a sexualidade feminina e a reprodução, levando, por consequência ao casamento infantil.

Nas províncias onde a influência religiosa é maior e molda o pensamento coletivo dos habitantes, deve haver uma consciencialização dos líderes religiosos para as consequências que este tipo de casamentos provoca; uma vez alertados para estes malefícios estariam aptos a difundir uma mensagem preventiva sobre o casamento infantil para as massas.

Já nas províncias mais rurais, os questionários revelaram que existe uma pequena percentagem de entrevistados que tinham assistido a anúncios sobre os malefícios do casamento infantil. Uma vez que a maioria das pessoas destas províncias se resguarda em casa devido as temperaturas durante a tarde, o governo iraniano deveria apostar em anúncios com mensagens preventivas sobre o casamento infantil. Esta ideia ganha ainda mais força uma vez que as estações televisivas são controladas pelo governo.

Por último, é necessário potencializar a educação e capacitação das ONG ou assistentes sociais em centros de saúde. Com isto, conseguir-se-ia atingir o público feminino de forma isolada que muitas vezes é impedido de manifestar o seu descontentamento.

Ficha de Leitura (nº3)

Filipe Rafael Oliveira de Sousa (grupo 1)

Indicações bibliográficas:

- **Título:** An Echo of Silence: a comprehensive research study on early marriage (ECM) in Iran. Capítulo 3: Survey results and findings
- **Autor:** Kameel Ahmady
- **Ano de publicação:** 2016
- **Editora:** Nova Science Pub Inc
- **Páginas:** 77-167

Resumo:

No capítulo 3 são apresentados os resultados dos inquéritos e dos testemunhos implementados á população iraniana sendo também reforçada a necessidade de se estudar a temática no Irão, apesar da dificuldade em obter dados precisos sobre a verdadeira extensão do problema.

Em todas as províncias verificou-se que o número de casamentos infantis tem vindo a diminuir, devido ao adiamento da idade do casamento. Paralelamente, o número de divórcios tem aumentado, porém, os divórcios em muitos casos representam a pobreza e solidão para as raparigas que optam por essa opção.

A primeira província estudada é Razavi Khorosan, situada no nordeste iraniano. Esta é uma província xiita, sendo lá situada a capital do Islão Xiita. Isto contribuí para uma forte influência religiosa sendo esta a região iraniana onde há mais incidência de casamento infantil. O autor detetou que o consumo e tráfico de drogas na fronteira com o Afeganistão é um problema que assolava esta região. Considerando que o casamento infantil deixa as meninas em risco de sexo desprotegido, vulneráveis a infeções sexualmente transmissíveis e abuso doméstico, o provável casamento com um cônjuge em potencial viciado em drogas só agrava a situação. Nesta

província, o clima de deserto seco impede o crescimento da agricultura e ter acesso à água por aquedutos de água potável é um enorme privilégio. Este é um fator ambiental tem desempenhado um papel na definição e no cumprimento das normas sociais. Por exemplo, em Kheyr Abad, onde a maioria das pessoas tem esses aquedutos, o casamento precoce é praticado dentro da família para manter a posse dentro da família. As entrevistas revelaram que a maioria dos entrevistados (77%) não encontrou vantagens em se casar cedo e 60% dos entrevistados acreditam que a MEC deve ser abolida e que nenhum entrevistado tinha conhecimento sobre a idade legal para o casamento.

A segunda província apresentada é o Azerbaijão Oriental onde a maioria da população tem ascendência turca. Nesta província não só as raparigas, mas também os rapazes, são expostos a esta prática desde muito cedo, p.e., constatou-se que havia meninas de 1 ou 2 anos que estavam envolvidas em futuros matrimónios e quase não havia crianças solteiras acima dos 5 anos de idade. Há até um relato de um homem que alegou estar envolvido com um feto feminino dentro do útero da mãe. Por outro lado, a falta de informação sobre o casamento infantil é gritante: 62,5% dos entrevistados não foi exposta a nenhum tipo de educação contra o casamento infantil e 95,8% não tinha conhecimento sobre a idade legal do casamento.

Localizada no sudoeste do Irão, a província de Khuzestan faz fronteira com o Iraque e foi assolada pela guerra durante a 1ª década da revolução islâmica. Acredita-se que o clima quente desta região seja o motivo da puberdade precoce entre as meninas o que significa que as crianças, apesar da tenra idade biológica, podem ser consideradas prontas para o casamento. Uma das questões alarmantes nesta província é a alta taxa de aborto, sabendo-se que existe correlação com casos em que a mãe tem menos de 13 anos.

De seguida, é analisada a província do Sistão-Baluchistão que faz fronteira com o Paquistão e o Afeganistão e, por estar em clima desértico, é uma das mais pobres do Irão. Observou-se que, embora a idade do casamento pareça ser maior nas partes norte da província, como o Sistão (de maioria xiita), nas partes mais a sul da província que fazem fronteira com o Paquistão, a idade do casamento é menor. Um problema desta província é o facto de 44,9% dos entrevistados afirmarem não conhecer seus maridos ou esposas, ou seja, o casamento foi decisão das famílias e não na vontade dos entrevistados por outro lado quase 49% dos entrevistados queriam que seus os filhos se casassem da mesma maneira.

A quinta província analisada é o Azerbaijão Ocidental, localizada no noroeste do Irão, fazendo fronteira com a Turquia e com o Iraque. Esta é uma região com um amplo espectro de normas conjugais, havendo vários detalhes que variam entre distritos. Contudo, a idade do casamento em todas elas é baixa, variando desde a primeira infância até a adolescência. O oeste do Azerbaijão é particularmente rígido no que toca à virgindade das raparigas no momento do casamento uma vez que 85,4% dos entrevistados considerava fundamental a virgindade antes do casamento.

Hormozgan localiza-se no sul do Irão e é uma das províncias mais pobres do Irã, com taxas bastante altas de mortalidade materna. Um aspeto curioso nesta região é a importância dada às despesas da cerimônia de casamento, quantias tão elevadas que poderiam ser usadas para educação das meninas. Aproximadamente 80% dos entrevistados da província de Hormozgan eram de opinião que a virgindade pré-nupcial é fundamental.

Em último lugar é analisada a província de Isfahan, localizada no centro do Irão. Assim, a província adquire características sociais e culturais das províncias vizinhas. Aqui, as entrevistas revelam que 27,3% dos entrevistados considera que 18 anos é muito cedo para que meninas e meninos se casem e a percentagem de meninas que já sofreram sexo forçado é de 72,2%, um número alarmante.

Ficha de leitura (nº 4)

Bárbara Sofia Ribeiro Lopes (grupo 1)

Indicações bibliográficas:

- **Título do artigo:** Determinants of Early Marriage from Married Girl's Perspectives in Iranian Setting: A Qualitative Study
- **Autores:** Simin Montazeri, Maryam Gharacheh, Nooredin Mohammadi, Javad Alaghband Rad e Hassan Eftekhari Ardabili
- **Ano de publicação:** 1972
- **Editora:** Hindawi Publishing Corporation
- **Revista:** Journal of Environmental and Public Health
- **Páginas:** 1-8
- **Palavras chave:** Irão, casamento infantil, desigualdade de género

Resumo:

Este estudo teve como principal objetivo aprofundar os fatores responsáveis pelo casamento infantil na perspetiva de raparigas já casadas residentes de Ahvaz, Irão, entre maio de 2013 a janeiro de 2015.

O casamento precoce é um problema mundial que afeta um grande número de jovens. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas, 1 em cada 3 raparigas casam antes dos 18 anos em vários países em desenvolvimento.

São várias as razões que contribuem para o casamento precoce, tal como a desigualdade de género, forças sociais e influência dos pais. Contudo, esta prática é mais comum em raparigas mais pobres, com baixa escolaridade e residentes de áreas rurais, visto que os maridos proíbem, muitas vezes, as jovens de continuarem os estudos, de serem independentes, de terem relações sociáveis com a família e amigos, o que faz aumentar os problemas de saúde na vida delas. Com isto, o casamento infantil traz muitas consequências para a vida destas mulheres: problemas

relacionados com a gravidez, tal como abortos e partos prematuros, danos psicológicos como por exemplo aumento de depressões, transtornos do humor e ansiedade.

A prática do casamento infantil é incentivada pela cultura iraniana. Conforme a lei civil do Irão, a idade legal do casamento é de 13 anos para as raparigas e de 15 anos para os rapazes. Graças á grande importância que o casamento infantil tem no Irão, este estudo qualitativo foi realizado para analisar os motivos do casamento perante a perspectiva de raparigas iranianas já casadas, entre os 3 e 19 anos, explorando motivações, perceções, crenças, valores e atitudes (pág.2) destas jovens sobre o casamento. A maioria das participantes eram provenientes de famílias com problemas financeiros que vivenciaram uma infância difícil, no qual as levou a aceitar o casamento, pois se os seus pretendentes tivessem boas condições económicas, elas poderiam sair da pobreza. O incentivo da família e os valores tradicionais, culturais e religiosos também influenciou essa tomada de decisão. Por outro lado, muitas destas jovens não tinham informações suficientes sobre o casamento e nem ninguém que lhes explicasse tal coisa, fazendo com que algumas não conseguissem tomar decisões acerca do matrimónio. Para elas o casamento era algo muito stressante na sua vida e a maioria não estava psicologicamente pronta para se casar, chegando a pedir para adiar o casamento porque queriam continuar os estudos, mas os seus pedidos foram em vão. Por outro lado, algumas participantes aceitaram o casamento de livre vontade, pois viam nele uma forma de receber respeito, independência e de satisfazerem as suas necessidades emocionais e sexuais.

Em conclusão, os resultados revelaram que grande parte das jovens se aperceberam que o casamento foi um evento inesperado e stressante nas suas vidas. Ao viverem num país islâmico onde o casamento é muito valioso e influenciado por motivos religiosos e culturais, muitas foram obrigadas a aceitar novas responsabilidades pelas quais não estavam preparadas] Neste estudo, apesar de a maioria das raparigas pretender adiar o matrimónio até a conclusão da educação, alguns fatores como a estrutura familiar, cultura e misoginia persuadiram a tomada de decisão sobre a aceitação do casamento.

Ficha de leitura (nº 5)

Bárbara Sofia Ribeiro Lopes (grupo 1)

Indicações bibliográficas:

- **Título do artigo:** The Difficulties of Changing the Age at Marriage in Iran
- **Autores:** Djamchid A. Momeni
- **Ano de publicação:** 1972
- **Editores:** Journal of Marriage and Family
- **Revista:** National Council on Family Relations
- **Páginas:** 545-551

➤ **Palavras chave:** Irão, áreas rurais, casamento precoce

Resumo:

O Irão é um dos países onde tem maior percentagem de casamentos precoces. Por sua vez, está a tentar reduzir o crescimento da população entre 1970 e 1991, e para isso, foi proposto um aumento na idade mínima do casamento para tentarem diminuir a fertilidade. Assim, este artigo analisa a tendência da idade no casamento e os obstáculos encontrados que impedem a legislação da idade mínima no casamento.

Apesar de a idade média das mulheres no primeiro casamento tenha aumentado, o casamento infantil ainda é muito comum. Tal como outros países, o Irão tentou legislar um aumento da idade mínima para o casamento. De acordo com o artigo 1041 do código civil iraniano, o casamento de raparigas antes de atingirem os 15 anos e os rapazes antes de atingirem os 18, é proibido. No entanto, pode haver casos que justifiquem essas ações (pág 545). Um ano depois, em 1934, o artigo 3 estabeleceu as punições para a prática de casamentos de jovens menores de idade: um homem que case com uma rapariga menor de idade (inferior a 16 anos) será sentenciado de 6 meses a 2 anos de prisão e se a rapariga não tiver atingido os 13 anos, o período de aprisionamento será entre 2 a 3 anos. Contudo, se a rapariga estiver fisicamente magoada a pena aumenta para 5 a 10 anos e se ocorrer a morte da jovem, o homem será condenado a prisão perpétua (pág 546). Por outro lado, os casamentos infantis são mais praticados nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Na vila de Gorg-Tappeh em Varamin, é quase impossível encontrar uma jovem antes dos 25 anos que ainda não tivesse casado. De acordo com as estatísticas, o número de mulheres que casam antes de atingirem a maioridade é quatro vezes mais do que os homens. Isto pode ser explicado pelo facto que a religião islâmica “obriga” as mulheres a casarem mais cedo que os homens.

Bogue, em 1969, estabeleceu quatro grupos com base na idade média das mulheres no primeiro casamento: mulheres com menos de 18 anos a casarem é classificado como casamento infantil; entre os 18 e 19 anos é chamado de casamento precoce; entre os 20 e 21 anos classifica-se como casamento na maturidade e casamento tardio para 22 anos ou mais. De acordo com estas teorias, o Irão insere-se no casamento precoce, embora que também exista uma grande percentagem de casamento infantil.

Utilizando os censos de 1966, é perceptível que a idade média das mulheres no primeiro casamento é maior em áreas rurais do que em áreas urbanas. Para quem quiser casar antes da idade mínima estabelecida, precisa de solicitar uma licença ao tribunal para eles permitirem essa prática. Assim, são feitos exames médicos para verificarem se os jovens estão capazes fisicamente e mentalmente para se casarem, e caso dê tudo certo, a licença será atribuída. De acordo com as estatísticas da cidade de Tehran entre 1959 e 1969, 34 417 rapazes e raparigas casaram antes de atingirem a idade legal (pág 547).

Por sua vez, uma grande parte dos casamentos acabam devido aos divórcios e não à morte do marido ou da mulher, mostrando que a grande maioria dos casamentos precoces são instáveis e têm um grande risco de acabar em divórcio. Isto deve-se ao facto de haver uma grande falta de compatibilidade entre os casais devido às diferenças de educação e de idade.

Focando nas razões que conduzem ao casamento precoce no Irão, surge o fator económico. Devido à pobreza, os pais induzem as suas filhas a saírem das suas casas mais cedo visto que assim têm menos bocas para alimentarem e ao casarem com homens com uma vida económica estável, podem ter uma melhor vida do que teriam na casa dos seus pais. Por sua vez, a religião incentiva as mulheres a casarem mais cedo para poderem servir os seus maridos. Outro fator é o “Mehri’ah” (pág 548), ou seja, o pagamento pela noiva. O noivo paga à família da noiva o quanto ele acha que ela vale mediante os seguintes fatores: idade da noiva, virgindade, aparência física e classe social, no qual a virgindade da mulher é uma preciosidade e uma das razões por que os homens preferem as jovens. Esta prática ajuda a incrementar a autoridade do homem sobre a mulher uma vez que são os pais que combinam os casamentos para as filhas, mesmo antes delas atingirem a puberdade e sem podendo dar a sua opinião. Por outro lado, os fatores sociais incentivam os jovens de famílias diferentes a casarem para fortalecer os laços de amizade entre as famílias ou tribos. Graças ao perfil típico da mulher iraniana, em que apenas serve para ser mãe e dona de casa, as famílias utilizam as jovens para perpetuarem a tradição da família ao casarem tão cedo, visto que a tradição é mais importante do que o amor.

Por fim, como a população iraniana está a expandir gradualmente, as autoridades do Irão continuam ainda a tentar aumentar a idade mínima no casamento para tentarem reduzir a natalidade e assim o número de habitantes.

Ficha de leitura (nº 6)

Joana Inês Lopes Carvalho (grupo 1)

Indicações bibliográficas:

- **Título do artigo:** Women’s roles and recent marriage trends in Iran
- **Autores:** Akbar Aghajanian
- **Ano de publicação:** 1991
- **Editora:** Fayetteville State University
- **Revista:** Canadian Studies in Population
- **Páginas:** 17-28
- **Palavras chave:** casamento, funções da mulher, revolução

Resumo:

O casamento precoce sempre esteve presente na vida dos homens e mulheres no Irão. Com a incrementação da filosofia do Islamismo, o governo, as famílias e o povo começaram a viver da forma que o Islamismo apoia.

A partir de 1960, surgiram várias políticas para modernizar o país. Pela primeira vez as mulheres puderam votar e exercer cargos no governo e abriram escolas para mulheres. Outra lei foi a definição da idade mínima para casar, 16 anos para as mulheres e 18 para os homens. Mas, em 1975 alteraram a idade do casamento para os 18 anos para as mulheres e 20 anos para os homens. Entre 1976-1978 houve 177 mil casamentos e durante o primeiro ano da revolução iraniana, em 1979, o número de casamentos aumentou para os 302 mil e continuou assim até chegar aos 337 mil casamentos, em 1980. Contudo, após ao início da guerra com o Iraque em setembro de 1980, os números diminuíram (pág 19).

Com a revolução iraniana em fevereiro de 1979 (pág. 20) e com a instalação da república islâmica, o casamento e a gravidez começaram a ser muito aclamados graças aos princípios islâmicos da família e procriação, que também foi uma reação perante o antigo regime que queria diminuir o número da população. Assim o casamento precoce começou a ser incentivado para ajudar no crescimento da população e como uma barreira aos vícios sexuais dos homens e mulheres. Por outro lado, os homens ao estarem casados podiam ter mais oportunidades de emprego, facilidade de conseguir casas ou outros bens.

Por sua vez, a estrutura etária pode influenciar o casamento precoce, ou seja, se a população estiver cada vez mais nova haverá mais casamentos jovens. Após a revolução, a idade mínima de 18 anos e 20 para mulheres e homens, respetivamente, deixou de ter efeito. Desde aí que não existe uma política que determine a idade mínima para o casamento. De acordo com a “shi-a code” (pág. 22), as raparigas podem casar aos 9 anos e os rapazes aos 14, apesar de isto não ter sido legalizado. Entre 1976 e 1986, nas áreas urbanas, o número de mulheres casadas entre os 15 e 19 anos aumentou de 30.5% para 32.5% e nas áreas rurais diminuiu de 38.1% para 34.1% (pág. 24).

Com a continuação da guerra, houve muitos divórcios e muitas mulheres que ficaram viúvas. Contudo, de acordo com regra islâmica, um homem pode ter mais que uma mulher desde que tenha capacidades para as tratar bem. Na verdade, a poligamia é praticada nas comunidades muçulmanas e tem crescido nos últimos 10 anos (pág. 26).

Ficha de leitura (nº 7)

Joana Inês Lopes Carvalho (grupo 1)

Indicações bibliográficas

- **Título:** Early Marriage in Iran: A Pragmatic Approach

- **Autor:** Shamin Asghri
- **Ano de publicação:** 2019
- **Editora:** Oxford University Press
- **Revista:** Journal of Human Rights Practice
- **Páginas:** 569-588
- **Palavras-chave:** Direitos das Crianças; Direitos Humanos; Pragmatismo Legal; Construção Social

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo relatar e criticar a realidade do Irão no que diz respeito aos casamentos precoces, uma vez que, a idade estipulada nos Direitos Humanos é de 18 anos para ambos os géneros. Relembrando que no Irão o casamento é permitido aos rapazes aos 15 anos e às raparigas aos 13 anos, quem o defende argumenta como sendo algo cultural e ligado aos princípios da sua religião, porém maior parte das vezes estes casamentos acontecem de forma forçada, contra vontade dos envolvidos por assim dizer.

O principal argumento da autora é feito com base nos Direitos Humanos e na Convenção sobre os Direitos da Criança, portanto no direito de cada criança à sua infância, juventude e liberdade de escolha perante o casamento. A autora refere também que é necessário um estudo profundo de modo a perceber o porquê de as reformas atuais não surtirem efeito no que diz respeito a este problema social no Irão, e que será necessário criar medidas e leis que permitam reformular e mudar a sociedade, todavia, a pesquisa não busca chegar a soluções concretas de como agir para com esta realidade, mas sim servir de base a futuros estudos.

A Organização das Nações Unidas classificou o casamento precoce no Irão como uma violação dos direitos humanos, de certo modo, uma forma de escravidão, aproveitamento e, por vezes, abuso sexual devido à menoridade de uma ou ambas as partes envolvidas. Em defesa, argumentam que a maioridade e a plena capacidade de decidir por si próprio (consentir o casamento) são apenas obtidas aos 18 anos.

Esta situação que se vive no Irão, é um problema que conduz a consequências como casos de gravidez de risco, problemas de saúde reprodutiva e mental, abandono escolar (violação do direito à educação), casos de violência doméstica, entre outras, tendo em conta que, por exemplo, muitas das raparigas casam com homens mais velhos que as mesmas. Em termos culturais o Irão tem bastantes influências de normas e leis ligadas ao islamismo, associados ao casamento infantil, e este artigo dedica alguns pontos à história e política do Irão nomeadamente algumas revoluções que atendiam a alterações do Código Civil e que tiveram impacto na sociedade.

De modo a dar a conhecer o contexto em que vive a população iraniana é dada a conhecer também o passado recente deste país relativamente ao tema que estamos a abordar, interligando-o com as suas influências a nível da educação, economia, cultura e social, uma vez que, o Irão é

um país bastante atrasado em termos de desenvolvimento, e este pode ser um dos seus principais problemas estruturais. Há uma outra perspetiva em relação ao casamento infantil, algumas crianças veem nesse acontecimento a oportunidade de se tornarem “adultos”, algum estatuto social e assim poderem tomar as suas decisões independentes dos pais, por exemplo, relativamente aos estudos que querem seguir.

Em conclusão, a autora apela para a necessidade de se reformular o debate acerca do casamento infantil e a importância em definir uma idade mínima que vá de encontro com os direitos humanos, mas para isso talvez tivesse de existir intervenção internacional.

Ficha de leitura (nº 8)

Filipe Rafael Oliveira de Sousa (grupo 1)

Indicações bibliográficas:

- **Título:** Modernity and Early Marriage in Iran: A View from Within
- **Autor:** Soraya Tremayne
- **Ano de publicação:** 2006
- **Editora:** Duke University Press
- **Revista:** Journal of Middle East Women's Studies
- **Páginas:** 65-94
- **Palavras-chave:** Direitos das Mulheres; Educação; Emprego; Maternidade

Resumo

O presente artigo começa por relatar um pouco no geral quais os padrões relativamente ao casamento nas últimas décadas no Médio Oriente e no norte de África, o modo como a globalização e a modernidade tiveram influências, por exemplo, no acesso à educação, para o sexo feminino em particular, alterações nas leis conjugais e a participação mais ativa da mulher no mercado de trabalho. Apesar dos progressos sentidos, estas alterações não são homogéneas nestas áreas a que a autora se refere, em alguns países e culturas a sociedade continua a exercer pressão sobre o casamento infantil, sobretudo nas mulheres como modo de serem reconhecidas e terem uma identidade na sociedade, mesmo contra a sua vontade pessoal e as suas pretensões.

No caso particular do Irão, a autora refere que nenhum estudo sobre o casamento pode ser entendido sem que se perceba as normas e práticas Xiitas. A idade mínima para o casamento é um tema muito discutido, bem como a definição de “infância” para a cultura islâmica. Apesar de a Lei Civil definir a idade legal para o casamento aos 18 anos para o sexo masculino e aos 15 para o feminino, porém, após a Revolução Iraniana (Revolução Islâmica) em 1979, ambas as idades mínimas voltaram a diminuir quando passou a vigorar a “Sharia”, isto é, o direito islâmico. Desde aí houve ligeiras alterações às idades, por exemplo, em 2003 a idade para o sexo feminino

poder casar aumentou para 13 anos, necessitando de aprovação judicial ou médica. Tem existido, portanto, nestas últimas décadas bastantes contradições no que concerne ao direito islâmico, os direitos humanos e a política em si, que têm sido responsáveis por algumas mudanças sociais, ainda que sem grande repercussão.

A autora apresenta também um ponto importante no decorrer do artigo, relativo à extensão do casamento precoce em termos territoriais no Irão, porém, tendo em conta as discrepâncias na recolha dos dados e o casamento temporário (prática Xiita), é possível que os números apresentados oficialmente sejam menores que na realidade. No caso dos casamentos temporários, trata-se de um contrato que pode durar horas ou dias, não necessitando de ser registado dissolve-se no fim desse mesmo contrato, ou então o casal fica junto sem nunca mudarem o estado do casamento. Faz-se uma comparação entre a prostituição e o casamento temporário, a diferença é que este último é defendido pela lei, uma vez que o principal objetivo deste tipo de união temporário é sexual. O casamento temporário também era usado para legitimar o casamento de raparigas, que acabavam sendo abusadas sexualmente, antes da idade estipulada por lei, uma vez que o casamento efetivo.

Em termos espaciais, o casamento precoce acontece nas áreas urbanas, mas sobretudo nas áreas rurais do país, a província mais rústica de Sistan e Baluchestan, onde crianças de 7 anos são dadas em casamento pelos pais, regista as médias de idades de casamento mais baixas do Irão. Como esta podem-se enumerar outras províncias bastante representativas no que diz respeito ao número de casamentos precoces, tais como Ardabil, Khousthan, Kurdistan e Khorasan.

Apesar da influência da globalização, o país tem-se adaptado à modernização, porém no que respeita ao casamento infantil não foi essa a tendência, devido à pobreza que ainda se faz sentir no país, a razão deste tipo de casamentos ainda é não só cultural, mas também económica. Os resultados apresentados com esta investigação são fruto de uma pesquisa realizada na província de Yazd, no centro do país, numa área de transição entre o rural e o citadino, onde se mantêm maior parte das tradições e também onde se o desenvolvimento e a modernidade se fazem sentir.

Ao longo do artigo a autora estabelece uma narrativa descrevendo a mulher na sociedade iraniana, desde a coação e violência que sofrem, a relação entre o casamento e a educação, qual o papel do sexo feminino na sociedade desde as mulheres solteiras, casadas ou as temporariamente casadas, relacionando isso mais a fundo com a pobreza que afeta esta nação islâmica.

Por fim, a autora chega à conclusão de que a medida mais eficaz para prevenir o casamento precoce é mesmo o acesso à educação, aos meios de comunicação, a aposta na alfabetização torna as mulheres mais informadas e mais “poderosas”, na medida em que passam a integrar o mercado de trabalho e ganham a possibilidade de adquirir cada vez mais um estatuto social mais elevado.

Ficha de leitura (nº 9)**Filipe Rafael Oliveira de Sousa (grupo 1)****Indicações bibliográficas:**

- **Título do artigo:** A Look at the Phenomenon of Child Marriage in Iran and the World
- **Autores:** Salman Khazaei, Kamyar Mansori, Zaher Khazaei e Erfan Ayubi
- **Ano de publicação:** 2016
- **Editora:** Int J Pediatr
- **Revista:** Int J Pediatr
- **Páginas:** 3499-3501
- **Palavras chave:** Casamento Infantil, Irão, Prevalência, Mundo

Resumo:

Os recentes estudos revelam que o casamento infantil é mais praticado em países em desenvolvimento e mais de 700 milhões de mulheres casam antes dos 18 anos (pág 3499), provocando uma desigualdade de género visto que é mais observado em raparigas jovens.

De facto, o casamento infantil provoca nas jovens uma isolamento social, gravidez precoce, aumento da violência doméstica e menos oportunidades de emprego e de estudos. Assim, isto é uma violação dos direitos humanos porque proíbe as jovens de estudarem, de escolherem os seus parceiros amorosos, de lidarem com jovens da sua idade, etc. Como consequência, esta prática pode provocar doenças sexualmente transmissíveis, morte durante o parto, malária e vários outros problemas.

Contudo, pode haver estratégias para diminuir o casamento infantil e segundo a “International center for research on women” (pág. 3501), são as seguintes: informar melhor as raparigas; educar os pais e as comunidades; fortalecer a acessibilidade e qualidade das escolas para as raparigas e oferecer suporte económico para as famílias e jovens. Considerando estas medidas para atenuar o casamento infantil, é necessário haver novas políticas e programas no combate a esta prática, incentivar as jovens a estudar e aumentar a conscientização das populações sobre isto.

Ficha de leitura (nº 10)**Filipe Rafael Oliveira de Sousa (grupo 1)****Indicações bibliográficas:**

- **Título do artigo:** Factors responsible for early and forced marriage in Iran
- **Autores:** Hossein Matlabi, Ahmad Rasouli, Hamidreza Hamed Behtash, Ali Faraghi Dastjerd e Behnaz Khazemi
- **Ano de publicação:** 2013

- **Editora:** Science Journal of Public Health
- **Revista:** Science Journal of Public Health
- **Páginas:** 227-229
- **Palavras chave:** Casamento infantil, casamento forçado, Tabriz, Irão

Resumo:

O casamento infantil acontece quando rapazes ou raparigas casam antes dos 18 anos, embora que nas raparigas seja mais frequente.

De acordo com a lei Sharia, os rapazes com 15 anos e as raparigas com 9 anos, tornam-se sexualmente maduros. Segundo a lei iraniana, a idade mínima para casar é de 13 anos para as mulheres e 15 anos para os rapazes. De acordo com alguns estudos, as raparigas não estão fisicamente prontas para casarem com esta idade e ao casarem podem vir a ter problemas físicos e mentais.

Conforme os resultados de estudos iranianos, mais de 7.7% das raparigas em Tehran e 40% em Sistan e Baluchestan, foram forçadas a casarem antes dos 18 anos (pág. 228). Assim, este estudo pretende saber as causas do casamento antes dos 18 anos na vila de Hervi em Tabriz, no Irão. Este estudo teve 60 participantes e formaram-se vários grupos: pais de raparigas que casaram antes dos 18 anos; alunas casadas; alunas solteiras; professoras da escola e residentes da vila (pág. 228)

Os resultados mostraram as várias razões para o casamento forçado e infantil: devido á pressão social na vila; problemas económicos; falta de informação sobre o casamento; falta de vontade para continuar os estudos e medo dos pais e das regras rígidas que impõem (pág. 228). Os residentes da vila afirmaram que as raparigas devem de casar antes dos 15 anos porque assim irão ter um casamento mais saudável e caso não o façam, as pessoas podem pensar que as meninas têm algum problema físico ou sexual. Por outro lado, os fatores económicos foram uma das maiores razões, visto que as raparigas podem encontrar no noivo uma vida nova com mais qualidade.

Por fim, os fatores que contribuem para o casamento antes dos 18 anos podem ser resumidos pela pobreza cultural, ignorância das populações, falta de liberdade das raparigas e desigualdade de gênero. Um dos métodos que poderia diminuir o casamento infantil, é incentivar as raparigas a continuarem os estudos.